



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

EDUCAÇÃO SEXISTA E CAPITALISMO: UMA ANÁLISE DAS EXPRESSÕES DA IDEOLOGIA PATRIARCAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Beatriz Dantas Gomes Bezerra

Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: beatriizbezerra@hotmail.com

Dheniffer José Ferreira Freire

Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: dheniffer_freire@hotmail.com

Rayanna Cecília Torres de Moura

Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: naninhacecilha@hotmail.com

RESUMO

Na sociedade capitalista a educação, ancorada pela Constituição Federal como um direito, vem assumindo um caráter mercantilista voltada para o lucro e como instrumento reprodutor da ideologia dominante. Nesse cenário, o artigo que ora apresentamos se propõe a analisar os limites e as potencialidades da educação inserida no modo de produção capitalista e como esta educação incide sobre a vida das mulheres. Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico pertinente ao tema. Identificamos por meio do material analisado que as escolas promovem uma educação sexista, que muitas vezes contribui para a manutenção e sustentação da ideologia patriarcal que naturaliza a inferioridade da mulher com relação ao homem, vindo a refletir essa superioridade masculina em todas as esferas da vida social.

Palavras-chaves: Educação, Patriarcado, Divisão Sexual do Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Percorrer os percalços da educação brasileira se faz cada vez mais necessário e urgente. Diante desta prerrogativa, a análise se faz em conjunto com o espaço dedicado a figura feminina no espaço educacional, visto que, a escola encontra-se intimamente articulada com as relações sociais, e consequentemente irá produzir/reproduzir diversos discursos que permeiam a cultura e as vivências daqueles que a frequentam.

Desse modo, entendemos que a mulher em pleno século XXI, ainda encontra-se em uma situação de subalternidade histórica com relação ao homem. Por mais que estas venham conseguindo avançar nos espaços públicos, o seu protagonismo ainda é muito limitado. É



necessário pontuar que há uma divisão de papéis em nossa sociedade e que estes não são naturais, mas, sim, produzidos pela sociedade ao longo dos tempos, essa divisão define os espaços, atribuições, modo de ser para cada sexo. Podemos apontar outras duas fortes instituições, além da escola, que legitimam e reforçam tais padrões sociais, a saber: a igreja e a família. Estas atuam de forma conjunta e naturalizada na disseminação dos valores e normas a serem seguidos, o que de certa forma, torna o caminho mais árduo no que tange a uma sociedade emancipada.

Entendemos que se as desigualdades são socialmente construídas entre homens e mulheres, estas podem ser desconstruídas, e é nesse sentido que a escola torna-se uma grande aliada no processo. Logo, a educação sozinha não conseguirá uma transformação radical, mas, para que tal feito seja alcançado, é necessária uma mudança nos valores culturais e sociais, e estes por sua vez, são ditados e legitimados pelo modelo de produção material estabelecido – capitalismo. Mas, convém ressaltar que as relações sociais de desigualdade entre homens e mulheres “extrapolam esse modelo em que vivemos, ainda que tenha sido incorporadas por ele, mas, nem surgiram tampouco se esgotam nele” (CISNE, 2013, p. 2). Diante dessa conjuntura é preciso compreender, quais são os fatores que reforçam o papel social da mulher e a quem isso favorece, beneficia.

Com o intuito de responder ao questionamento acima e contribuir com a discussão, realizamos uma pesquisa bibliográfica em torno da literatura que debate a temática, fundamentando-se em autores(as) como: Andrade (2008), Cisne (2012; 2013; 2014), Pereira (2007), Kergoat (2010), Torres (2013), Souza e Lima (2014) entre outros/as. Nesse contexto, o artigo que ora apresentamos expõe em um primeiro momento as contradições do modo de produção capitalista e como este afeta diretamente a vida das mulheres e as instituições de ensino. Em seguida, faremos reflexões da inserção da mulher nos espaços produtivos e conseqüentemente a divisão sexual do trabalho, dos papéis sociais destinados a cada sexo, e como essa estrutura se engendra dentro dos espaços educacionais, contribuindo para a situação de inferioridade das mulheres em relação aos homens.

Desse modo, visamos colaborar com uma educação livre de preconceitos e que tenha o compromisso com uma sociedade libertária, sem opressão e que preze pela igualdade entre homens e mulheres.



2 A EDUCAÇÃO E SEUS LIMITES E PONTENCIALIDADES PERANTE O CAPITAL

No âmbito da expansão do acesso a educação como direito garantido na Constituição Cidadã de 1988 e sua plena efetivação, percebe-se um abismo entre a educação que está garantida em lei e aquela que está sendo implementada nas escolas públicas do nosso país.

Segundo observa Pereira (2007), as instituições de ensino passam a evoluir nos países considerados desenvolvidos na segunda metade do século XIX e com mais intensidade no pós Primeira Guerra Mundial, em conformidade com as transformações que passaram a acontecer no modo de produzir mercadorias no sistema capitalista. Dessa evolução na industrialização passou a se demandar um (a) trabalhador (a) com um saber mais científico, em contrapartida, o conhecimento era fragmentado e sem um norte a ser seguido. A velocidade de expansão dos sistemas educacionais de acordo com Neves *apud* Pereira (2007, p. 51) deve-se a “necessidade de valorização do capital e a correlação de forças – a luta de classes – em cada formação social concreta”, desse modo, compreende-se que o modo de produção capitalista apossa-se dos elementos que compõem os sistemas de ensino como um mecanismo de valorização do capital, transformando a escola em um instrumento a serviço de disseminação e defesa dos seus princípios. No entanto, a autora ressalta ainda que a escola não deve ser reduzida apenas a um mecanismo de valorização do capital, uma vez em que ela é reprodutora das relações sociais em que é veiculada a ideologia dominante, e contraditória, devendo também ser considerada como um espaço de lutas de classes.

Frigotto (1993) aponta esse aspecto de interesse contraditório da escola, ao indicar que a educação ofertada nas escolas públicas é claramente funcional aos interesses burgueses, mas que se esta for posta aos interesses da classe trabalhadora pode constituir-se como um mecanismo essencial no enfrentamento as desigualdades sociais e contribuir na luta por uma sociedade emancipada.

Nos países considerados subdesenvolvidos, os sistemas educacionais apresentam um crescimento durante a chamada época “de ouro” do capitalismo, este compreendido no contexto da Guerra Fria, nesse contexto a educação assume o papel de proteger o país de uma ameaça comunista, incumbe-se de doutrinar, com extrema potencialidade, no qual o pensamento desenvolvimentista se transforma em meta do capital e acaba sendo absorvida por toda a população, sendo transmitida através de fortes instituições sociais, inclusive a escola



(PEREIRA, 2007). É a partir dessa fase, que os órgãos internacionais¹ passam a ditar as regras e padrões a serem adotadas nos sistemas educacionais, o lema passa a ser o de crescer sem fugir a ordem, sem ferir a normalidade que o capitalismo impõe para não sucumbir às crises e continuar hegemonicamente a se desenvolver. Foi destinado aos países periféricos uma educação voltada para a formação do (a) trabalhador (a) para servir de mão de obra barata ao capital, um conhecimento tecnicista e mecânico, em que o (a) estudante/trabalhador (a) não tenha condições de compreender a realidade vivida, sem poder contestar a ordem burguesa, os valores capitalistas.

No pós-1970, a crise vivenciada pelo capital, torna possível a ascensão do projeto neoliberal, que irá rebater diretamente no sistema de proteção social, desencadeando um enorme retrocesso nos direitos conquistados pela classe trabalhadora durante o período considerado os “trinta anos gloriosos” do capitalismo, este projeto visa buscar estratégias para manter as taxas de lucro, iniciando um crescente processo de mercantilização de todos os aspectos da vida social. Nesse cenário neoliberal, os direitos sociais - saúde, previdência, assistência, educação, segurança, habitação, entre outros - passam a ser uma grande fonte de lucros para o capital, sendo vistos como mercadoria a ser adquirida de forma privada pelos cidadãos e não uma responsabilidade do Estado.

Na contemporaneidade ainda é possível ver que a educação é tratada de forma mercantilizada, e não apenas isso, no intuito de cumprir metas estabelecidas mundialmente, o Estado se preocupa demasiadamente com números, esquecendo a importância de manter a qualidade do ensino. No ensino fundamental e médio, percebe-se uma enorme preocupação com as metas estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no qual se torna nítido a preocupação com a aprovação dos estudantes para atingir os índices do que com o real aprendizado.

[...]os projetos educacionais propostos por tais instituições são criados com ênfase na regulação do custo versus benefício e não na qualidade do ensino – seu principal objetivo constitui a manutenção do sistema capitalista vigente em detrimento do real interesse do desenvolvimento humano[...] (SOUSA; LIMA, 2014, p. 3).

Na esfera do ensino superior, podemos observar nas instituições de ensino presencial, um enorme sucateamento, que se estende desde falta de assistência estudantil que pode ser

¹ “O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram criados na década de 1940, com o objetivo de articular uma nova ordem econômica, sob a hegemonia dos Estados Unidos, garantindo a estabilidade econômica e a segurança do capitalismo (LIMA, 2002 *apud* PEREIRA, 2007, p. 64)



apontado com um dos fatores da evasão escolar, uma vez que apenas garantir o acesso, sem garantir a permanência qualitativa desses estudantes no âmbito acadêmico não é suficiente. Podemos observar também a falta de investimento na infraestrutura das universidades públicas, que em geral negam condições básicas para um ensino digno.

Concomitantemente, vemos investimentos públicos nas universidades privadas, através de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), capital este que deveria estar sendo investido na ampliação, manutenção e melhoramento das universidades públicas.

Enquanto isso, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação estabelece entre suas metas o aumento do número de matrículas no ensino superior desencadeando uma expansão desordenada do Ensino à Distância (EAD) marcado pela precarização do trabalho dos/a professores/a, estes com mais responsabilidades e menor remuneração, pois tem que abarcar um número muito maior de estudantes, invertendo o verdadeiro significado da educação, transformando-a em um item mercadológico, dessa forma observa-se não a universalização do ensino, mas sim sua massificação.

Além disso, o EAD rebate diretamente na formação profissional dos seus acadêmicos, uma vez que oferece ensino fragilizado, fragmentado, com conteúdos resumidos, que muitas vezes impossibilitam o desenvolvimento de um profissional crítico, além do mais esse crescimento desordenado, faz com que exista uma massificação desses profissionais, desencadeando uma série de problemas sociais, como por exemplo, redução dos salários e aumento do exército industrial de reservas, piorando as condições de trabalho e submetendo-os aos ditames do capital.

Nesse contexto de exploração e alienação² do (a) trabalhador (a) vamos observar, que as mulheres são as mais vitimadas pelo sistema, estas encontram-se inseridas em atividades precarizadas, recebendo baixos salários (inclusive, menores que os dos homens, mesmo ocupando o mesmo cargo) e tendo que exercer jornadas de trabalho que vão além da atividade na esfera laboral, o trabalho doméstico, que na maioria das vezes é invisibilizado e

² Karl Max em sua obra Manuscritos econômico-filosóficos, de 1844, utilizou a palavra para designar o estranhamento do trabalhador com o produto do seu trabalho, ou seja, o trabalhador não mais dominando todas as etapas de fabricação e não possuindo os meios de produção para tal, acaba não se reconhecendo no produto produzido. O produto passa a ser visto sem ligação com seus produtores. A perda de contato e controle do produto final de seu trabalho manifesta-se quase como uma perda de sua essência. É como se o produto tivesse surgido independente do homem/produtor, como um feitiço, daí o termo utilizado por Max: Fetichismo da mercadoria. Disponível em: <http://www.cafecomsociologia.com/2011/03/alienacao.html> acessado em: 15/18/2016.



naturalizado como atividade exclusiva da mulher. Presencia-se um capitalismo que se alimenta dessa desigualdade socialmente construída entre homens e mulheres. Se formos fazer uma análise mais minuciosa, podemos constatar que se o (a) trabalhador (a) tivesse que cobrir todas as despesas para a manutenção de sua própria reprodução, o salário mínimo pago hoje, deveria ser bem maior. Se o (a) trabalhador (a) tivesse que arcar com cozinheira, lavanderia, babá, o salário mínimo atual, não conseguiria, manter essas despesas. Na verdade, todas essas atividades são realizadas pela mulher no âmbito doméstico, sem nenhuma remuneração e o que o torna mais grave, não é reconhecido como trabalho, é visto naturalmente como uma extensão das obrigações femininas, beneficiando o sistema capitalista.

3 MULHER E EDUCAÇÃO SEXISTA: uma análise necessária para se pensar uma sociedade emancipada

A partir da análise concreta da realidade no qual estamos inseridos (as), compreende-se que as relações desiguais de poder entre homens e mulheres são gestadas pela cultura e não pelas diferenças biológicas entre os sexos. Essas distinções biológicas dos corpos masculino e feminino são transformadas em desigualdades com enormes perdas para o feminino e alimentadas por um sistema econômico que lucra com a manutenção da inferioridade da mulher em relação ao homem. Dessa forma, uma mão de obra desvalorizada se torna mais barata ao capitalismo, como também, o trabalho desempenhado por mulheres no espaço doméstico não remunerado, se torna essencial para a reprodução social, pois pela naturalização dessas atividades como sendo próprias das mulheres, isenta o capital de custear o trabalho doméstico.

Torna-se importante evidenciar que a cultura é determinada pela base material, sendo esta, o modo de produção que as sociedades se utilizam para se reproduzir, “ela é produzida nas e pelas relações sociais que estabelecemos, em um terreno marcado pelas lutas de classes antagônicas”. Então, para se compreender como a cultura se desenvolve em determinada sociedade é essencial que esta análise esteja atrelada as relações estruturais que fundam a sociabilidade, observar as lutas de classe e de interesses divergentes e convergentes que se encontram em disputa (CISNE, 2014, p. 94).

Desse modo, compreende-se que a divisão sexual do trabalho é o pilar de sustentação em que se alicerçam a desigualdade e a opressão do homem sobre a mulher, pois essa “possui



determinações sociais e atende a interesses (CISNE, 2013, p. 25)”. Dessa forma, as atividades do mundo laboral, se encontram organizadas a partir de dois princípios, sendo estes, o da **separação**, que determina a divisão do que é trabalho de homem e o que é de mulher; o segundo princípio é a **hierarquização**, que atribui enorme prestígio as atividades desempenhadas por homens (KERGOAT, 2010).

Conforme Cisne (2012, p. 109):

a divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho. Essa divisão segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados masculinos.

Essa desigualdade encontra suporte em fortes instituições sociais com enorme poder propagar e legitimar seus princípios como universais, são estas: a família, as igrejas, as escolas e a mídia. Estas acabam por reproduzir e reforçar o patriarcado, sistema que estabelece a supremacia masculina em detrimento da feminina, através da introdução de normas e padrões de comportamentos diferenciados entre os sexos. Esses critérios fundamentados no patriarcado³ delimitam tanto os papéis sociais reservados ao homem e a mulher na sociedade.

A divisão sexual do trabalho ocorre de forma simultânea com as determinações dos papéis sociais destinados a homens e mulheres; desde crianças, meninos e meninas vão sendo moldados a obedecerem a um padrão que a sociedade instituiu para ambos. Quando bebês deparam-se com um mundo cor de rosa para as meninas e um azul para os meninos. A menina deve ser dócil, meiga, submissa e conformar-se com o espaço privado do lar. Já os meninos são incentivados a serem fortes, a não demonstrar fragilidade, a serem dominadores do que chamados espaço público. Do mesmo modo, ocorrem com as brincadeiras: as meninas são estimuladas a brincarem de bonecas, de casinha, como se estivessem sendo preparadas para assumirem o papel de mães e esposas. Os meninos brincam de bola, de luta, de atividades que os preparam para serem destemidos e fortes, os protagonistas de todos os espaços.

Em consonância com o sistema patriarcal, desde a infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquela que não apenas diferencia os sexos, mas educa

³ “Por patriarcado compreende-se o sistema de dominação e exploração sobre as mulheres, regido pelo medo e pela desigualdade de poder entre homens e mulheres”. Por corresponder ao sistema capitalista, este apropriou-se de sua ideologia e fundou o que denominamos de sistema patriarcal-capitalista, ancorado na exploração do trabalho, em especial o das mulheres (CISNE, 2011, p.17).



homens e mulheres de forma desigual. Assim, a desigualdade entre homens e mulheres, frequentemente naturalizada nas relações sociais, encontra na educação sexista um meio eficaz de permitir sua reprodução cotidiana. Entende-se que o processo educacional atua no intuito de moldar e regulamentar alunos e alunas, estes passam a desenvolver um sentimento de pertencimento aos padrões instituídos pela sociedade. Assim, torna-se primordial perceber a necessidade e a oportunidade de questionar situações cotidianas supostamente naturais e corriqueiras “de modo que possamos compreender que, tanto a normalidade quanto a diferença são efeitos de relações sociais e culturais nas quais se articulam os jogos de poder” (ANDRADE, 2008, p. 101).

É interessante pontuar, que a separação dos papéis feminino e masculino é bastante reforçado no ambiente escolar, estes passam a ser estimulados a se interessarem por determinados conteúdos, sendo muitas vezes de forma naturalizada. Assim, dessa separação sexual dos conteúdos curriculares, podemos subentender que desemboca na divisão sexual do trabalho, em que meninos e meninas são desencorajados desde muito cedo a seguirem determinadas profissões, por não estarem de acordo com os padrões estabelecidos para cada sexo. Em outras palavras, meninas são incentivadas a se aproximarem das áreas consideradas de humanas; os meninos são impulsionados a área de exatas e tecnológicas. Sendo assim, as falas que são naturalmente propaladas “que meninas não gostam de cálculo” é de certa forma considerado um reforço no intuito de que esse objetivo seja realmente alcançado.

Trazer essas problematizações à tona é necessário, e do mesmo modo urgente. Pois, entende-se que se as desigualdades entre homens e mulheres foram sendo construídas ao longo da história, sendo assim, podem sim ser desconstruídas, o espaço escolar assume um papel importante nesse processo, pois “a escola é um lugar de reprodução dos preconceitos e, por isso, é também um espaço muito importante para combatê-los” (TORRES, 2013, p.56).

Nesse sentido, vê-se como fundamentais experiências educacionais que tenham como eixo central caminhar em descompasso com o modelo de educação sexista e com isso, indo contra uma educação voltada para a conformação de homens e mulheres, pautada em métodos que caminhem ao lado dos valores e interesses capitalistas. Pois quanto mais se buscar um modelo de educação libertária, significa dizer que podemos sim pensar em romper com a ordem vigente e vislumbrar um novo modo de sociabilidade, *para além do capital* (MESZÁROS, 2005).



4 CONCLUSÕES

Pensar uma educação que emancipe os seres humanos é olhar para um horizonte que supere a lógica do sistema capitalista, que se alimenta da disputa, do lucro inescrupuloso e do individualismo. Torna-se impensável uma mudança na estrutura educacional sem antes repensarmos uma nova forma de conviver em sociedade, leia-se uma nova sociabilidade. Desse modo, ensinar é considerar o fim dessa separação entre homem/mulher e trabalho, estas esferas mantêm estreitas relações, que interligam uma a outra. É preciso enxergar a educação não estritamente como uma atividade pedagógica, mas que ultrapasse os muros das escolas e que chegue às ruas, os espaços políticos, entre outros.

Defendemos uma educação que se volte a uma transformação libertadora, em todos os sentidos, que conscientize homens e mulheres trabalhadores (as) a se tornarem protagonistas políticos, que pensa criticamente e atua, que usa o conhecimento como instrumento para modificar o mundo. Para Meszáros (2005) uma educação para transpor a ordem do capital deve está caminhando lado a lado com a batalha que se trava nos dias atuais por uma transformação profunda no modelo econômico-político que se encontra vigente.

Uma educação não sexista é a que se deve propor aos meninos e meninas, uma educação voltada para o conhecimento das diferenças, mas, que estas não sejam vistas como forma de desigualdade. Mas, infelizmente, ainda nos deparamos, em sua grande maioria, com modelos educacionais que tendem a reproduzir a lógica da ordem vigente: patriarcal-capitalista. É funcional a esse sistema a formação de seres humanos que apreendem as desigualdades sociais de forma natural. Vão além, absorvem subordinações que são molas de sustentação a sua lógica de exploração.

Desse modo, concluímos que a educação é um dos pilares de transformação da sociedade, que ela sozinha não é capaz de transformar a realidade em que vivemos, mas que sem essa transformação se torna utópica. Se as desigualdades entre homens e mulheres são socialmente construídas, estas podem ser desconstruídas. E a educação se mostra como uma grande aliada nesse processo de emancipação do seres humanos.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andreza de Oliveira. **Interfaces das Noções de Gênero e sua Cultura Histórica**. 2008, 139f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.



CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013. 409 f.

_____. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço social**. 1º Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

KERGOAT, Daniele. “**Dinâmica e Consustancialidade das relações sociais**”. *In* Novos Estudos. CEBRAP, n. 86, março, 2010.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,– Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 378f.

TORRES, Antonio Marco. **A diversidade sexual na escola e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SOUSA, Cósma; LIMA, Elson. **IDEB VERSUS QUESTÃO SOCIAL: Estudo Na Escola Estadual Do Conjunto Habitacional Virgínio Seco Em São Pedro Do Ivaí**. São Pedro do Ivaí, PR, 2014.